



Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 8 de setembro 2017

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, nas instalações do Palácio Foz, sito na Praça dos Restauradores 1250 -187 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) 2016 e Revisão da ENICC.-----
- 2 – Apresentação do Programa Operacional para a Promoção da Educação – OPRE.----
- 3 – Apresentação da atividade recente do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas – NACI. -----
- 4 – Outros assuntos. -----

Presidiu à reunião o Senhor Alto-comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado, adiante designado Alto-comissário, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março, preside ao CONCIG. A secretariar o Alto-comissário esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, Andreia Santos e Francisco Azul. -----

Estiveram presentes os membros do CONCIG constantes da lista de presenças em anexo (Anexo I). -----

De seguida, deu-se início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e o Alto-comissário, apresentou o ponto de situação da execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) no ano de 2016. -----

Foi referido que a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) está a ser implementada com uma alta da taxa de execução, o que não significa o sucesso da mesma, uma vez que a execução parece estar a ser facilmente alcançada e, por outro lado, concentra-se sobretudo no Eixo Transversal, sendo esta também uma das razões que faz com que a mesma venha a ser alvo de uma revisão já solicitada.-----

Na apresentação dos resultados da execução da ENICC 2016, observou-se que foram realizadas 605 ações (em todos os eixos), verificando-se um claro crescimento no número de ações, muito contribuindo para tal as ações desenvolvidas no Eixo Transversal e da Saúde-----.



Após a intervenção do Alto-comissário, o conselheiro Luís Isidro, tomou a palavra, questionando quem são os executores das ações realizadas nos Eixos, nomeadamente do Eixo Transversal. Retomando a palavra o Alto-comissário informou que o Eixo Transversal é concretizado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e pelas organizações da sociedade civil, muito contribuindo para tal o financiamento de projetos, através do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE). Respondendo, ainda à questão do conselheiro Luís Isidro de quem são os parceiros responsáveis pela execução de cada Eixo, o Alto-Comissário clarificou que o responsável pelo Eixo da Saúde é a Direção Geral de Saúde (DGS), sendo neste Eixo, à semelhança do que se passa no Eixo Transversal, a principal metodologia usada, a sensibilização através de campanhas.-----

Na continuação da apresentação da execução da ENICC 2016, o Alto-comissário, referiu que a ENICC tem 148 metas estabelecidas, sendo que à data de 31 de dezembro de 2016, segundo o reporte recebido, 25% das metas já tinham sido alcançadas e 49% encontravam-se em concretização, ou seja $\frac{3}{4}$ das metas estabelecidas na ENICC estão concretizadas ou em concretização. Os restantes 26% das metas ainda não tinham sido iniciadas ou não se dispõe de informação, não tendo o tempo estipulado para esse efeito, sido concluído ou até mesmo iniciado.-----

O Alto-comissário informou ainda que a taxa global de execução da ENICC é de 94,1%, não, significando, nas palavras do mesmo, que esta é totalmente satisfatória, uma vez que os resultados parecem estar a ser bastante fáceis de concretizar, sendo esta facilidade de concretização das metas a ENICC, mais uma razão para que a mesma deva ser revista.-----

Por fim, informou os conselheiros que o relatório de execução da ENICC, referente a 2016, lhes seria enviado após a reunião, devendo os mesmos pronunciarem-se quanto ao seu conteúdo ou envio de contributos até ao dia 15 de setembro. -----

O Alto-comissário referiu também que a Tutela do ACM (Secretaria de Estado Para a Cidadania e a Igualdade) adjudicou o processo de revisão da ENICC a uma entidade externa, no caso ao CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Este processo será feito em várias fases, entre elas um período de auscultação/diagnóstico, que contará também com o apoio dos conselheiros do CONCIG, assim como de outros intervenientes na temática e que se pretende, sobretudo, envolver as próprias comunidades ciganas neste processo-----

Para além disso, foi ainda mencionado que, será necessário estabelecer objetivos estratégicos e desenvolver um plano de ação que resultará num documento final a apresentar em abril de 2018, aquando da realização de um seminário.-----



Tomando a palavra, a Conselheira Maria José Casa-Nova, mencionou que a execução da ENICC não espelha a realidade, pois embora o Eixo da Saúde tenha melhorado a sua execução, no Eixo Transversal, existe ainda a necessidade de apostar num maior entrosamento, nomeadamente, com a comunicação social, pois este é o melhor meio de chegar às pessoas, e os resultados das campanhas de sensibilização teriam maior visibilidade a curto prazo-----

A conselheira reforçou ainda a importância das três áreas fundamentais e que a aposta na Educação, Habitação e Emprego são essenciais e não se pode dissociar umas das outras. Relembrou, ainda que a população cigana, vive muitas vezes, em condições de habitação deploráveis e, que muitas vezes o insucesso escolar das crianças está diretamente relacionado com isso. A conselheira Maria José Casa-Nova, reforçou que para se transformar a realidade das comunidades ciganas é indispensável a criação de CONCIG a nível local, devendo fomentar-se o compromisso a nível local, sobretudo com as escolas, pois, na suas palavras, continuam a verificar-se situações de segregação de alunos ciganos e, embora as instituições julguem não estar a proceder de forma errada, para si estão. Acrescentou que é por isso muito importante apostar ainda mais no Eixo Transversal e nas questões da sensibilização.-----

Por sua vez, o conselheiro Luís Isidro mencionou que esta nova ENICC deveria ter uma linha de financiamento clara, para assim a sociedade civil poder envolver-se no processo de solução da integração das comunidades ciganas. Questionou, ainda o Alto-comissário, no sentido de saber se a ENICC iria ser implementada para além do ano 2020.-----

Em resposta ao conselheiro, foi indicado pelo Alto-comissário que o prazo de implementação da atual ENICC será até 2020. Em termos de financiamento, o Alto-Comissário clarificou que, aquando da elaboração da atual Estratégia Nacional, o Governo de Portugal, optou por não alocar fundos comunitários específicos para a integração das comunidades ciganas. Neste sentido, tudo o que tem sido feito é realizado com Orçamento de Estado e, no caso do orçamento do ACM I.P., este é muito parco para responder a todas as necessidades das comunidades ciganas. Referiu ainda o Alto-comissário que, ainda assim, têm sido dados passos muito importantes, sobretudo com o FAPE, que terá na sua próxima edição, um aumento orçamental. Existirão, também dois programas dirigidos pelo PO ISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego e, em articulação com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, que tem como objetivo a inserção da comunidade cigana em áreas do emprego e da educação. O Alto-comissário referiu ainda que a tutela encontra-se a trabalhar no sentido de aferir a possibilidade de trabalhar com outros fundos e organizações, como por exemplo, o Eu Roma network-----



Terminada a exposição do Alto-comissário, tomou a palavra a conselheira Lina Varela, indicando que é difícil haver conhecimento das escolas que pratiquem segregação em virtude da origem ética por não se recolherem informações nesse sentido. Mencionou, também uma boa prática, o Selo Escola Intercultural, que visa distinguir as Escolas que se destacam no desenvolvimento de projetos que promovem o reconhecimento e a valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos. A esta questão, pediu a palavra, a conselheira Maria José Casa-Nova que afirmou ter conhecimento que uma das escolas distinguidas com o Selo Intercultural tinha indícios de práticas discriminatórias, ao que foi mencionado, que se iriam averiguar tais indícios mas que para isso é necessário saber de que escola estamos a falar-----.

Retornando a palavra, a conselheira Lina Varela, revelou que a Comissão Nacional de Proteção de Dados, deu parecer positivo ao Ministério da Educação, para poder aplicar, junto das escolas, um questionário no âmbito da ENICC, sendo os dados registados e transmitidos de forma agregada, sem identificação dos alunos, para que desde modo se consiga saber o real número de alunos ciganos que estão inseridos no sistema de ensino. Assim sendo, brevemente as escolas irão receber o questionário para que possam responder e com isso dar cumprimento ao que estava previsto na ENICC. Na sequência desta intervenção o Alto-comissário congratulou o Ministério da Educação pelo conseguido, indicando que seria muito importante que este parecer pudesse ser remetido ao conselheiro Vasco Prazeres e, partilhado com a Direção Geral de Saúde, que também tem questões semelhantes, relativo à recolha de dados. -----

Não havendo mais questões sobre o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, prosseguiu-se para o ponto seguinte, tendo o Alto-comissário passado a palavra às representantes da Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas e da REDE Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, Olga Mariano e Catarina Correia.-----

Passou-se à apresentação do Programa Operacional para a Promoção da Educação – OPRE (Anexo II).-----

Terminada a intervenção das representantes das referidas entidades, tomou a palavra o Alto-comissário, que informou, em primeira mão que, no dia 16 de setembro o grupo do Programa OPRE irá ser recebido em Belém pelo Presidente da República. Este salientou a importância do papel do ACM neste programa, referindo que este foi apenas uma fonte de combustível, para que as comunidades ciganas começassem a realizar este percurso -----.

O conselheiro Mário Serrano perguntou se o Programa OPRE e as bolsas disponibilizadas pelo mesmo poderiam financiar mestrados e/ou doutoramentos, tendo Olga Mariano respondido afirmativamente.-----



O conselheiro Major Paulo Poiares, referiu que se podia averiguar a possibilidade de existir uma parceria entre a academia militar e os jovens ciganos que eventualmente tivessem interesse em estudar nesta área. Indicou que existem programas específicos em que o governo português suporta bolsas para esse fim. Esta ideia foi bastante bem recebida por todos os que se encontravam na reunião.-----

A conselheira Ana Umbelino questionou se o número de bolsas corresponde à procura, o que prontamente foi respondido pela presidente da Letras Nómadas, que pelo fato de ser um financiamento no âmbito do Programa Escolhas esse é limitado. Acrescentou, ainda que pode ser que seja possível aumentá-lo, com o passar dos anos.-----

Tomando de novo, da palavra a Conselheira Ana Umbelino perguntou se existe uma noção de quantas pessoas necessitam deste tipo de bolsas. Em resposta a esta pergunta da Conselheira, o Alto-comissário referiu que no primeiro ano a procura foi muito semelhante à oferta. -----

Na sequência, o conselheiro Mário Serrano afirmou que este tipo de bolsa corresponde a uma necessidade específica, ao que, prontamente, Olga Mariano respondeu que sim.-- Finalizada a apresentação do ponto dois da Ordem de Trabalhos, o Alto-comissário, deu indicação para que se passasse ao ponto três. -----

Este ponto foi apresentado pela coordenadora do NACI, Marisa Horta-----.

Na sua apresentação, a coordenadora do NACI informou que cada vez mais pessoas vão tendo conhecimento da existência do Núcleo e do trabalho que desenvolve, o que faz com que os casos de ordem individual sejam cada vez mais frequentes, sobretudo relacionados com questões de habitação, em que é feita a articulação com o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU e com o Gabinete de Apoio a Habitação do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa – CNAIM/ACM. Foi referido as várias visitas que o NACI realizou ao terreno, nomeadamente a Peniche e à Marinha Grande. Foi, também dada a informação sobre uma reunião realizada com a Junta de Freguesia de Cabeça Gorda, relacionada com a questão da suposta recusa da autarquia em efetuar o enterro de um elemento da comunidade cigana. Nesta reunião participaram o Alto-comissário, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) e o NACI-----.

Tomando a palavra, o Alto-comissário referiu que existiam indícios de atuação fora da lei, o que fez com que houvesse necessidade de averiguar tal atuação. O Alto-comissário referiu ter saído da reunião com a esperança de que outra situação semelhante não mais voltasse a acontecer. O NACI esteve também a acompanhar a situação de Beja, relativamente à notificação emitida pela Câmara para saída de alguns moradores.-----



Tomando a palavra, o conselheiro Mário Serrano questionou quem tinham sido as pessoas presentes na reunião com a Junta de Freguesia de Cabeça Gorda, ao que o Alto-comissário respondeu que os presentes na reunião foram ele próprio, Marisa Horta (NACI), Prudêncio Canhoto (AMEC), um representante da CICDR e, o Presidente e a Secretária da Junta de Freguesia- -----

Exposta a atividade recente do NACI, e tendo sido ainda referido que têm sido efetuadas algumas ações de sensibilização, sobretudo na área da metropolitana de Lisboa com vista à promoção do sucesso escolar, o Alto-comissário mencionou a última sessão do Programa de Capacitação Mais Líderes Jovens Cigan@s e deu a palavra à coordenadora do NACI, que explicou que a última sessão teve lugar em Madrid, tendo o grupo de jovens sido acompanhado pelo NACI e pela Diretora do Programa Escolhas, Luísa Malhó, tido a oportunidade de visitar a Fundación Secretariado Gitano e verificar o que esta entidade tem feito em prol da integração das comunidades ciganas, em Espanha.-----

O conselheiro Luís Isidro, tomando a palavra disse que o Ministério da Administração Interna, tem um programa denominado Contratos Locais de Segurança que usa metodologias de prevenção e sensibilização, tendo assim lançado a ideia de que poderia ser benéfico para as comunidades ciganas existir uma articulação com os dinamizadores do ACM que trabalham no terreno, serem inseridos neste contratos locais de segurança, O alto-comissário disse que estava de acordo, referido que através do programa Escolhas, o ACM tem trabalhado com os CLDS de várias regiões-----.

Tomando de novo a palavra o conselheiro Luís Isidro perguntou se a Direcção Geral dos Serviços Prisionais solicitou alguma informação sobre esta matéria, ao que o Alto-comissário respondeu afirmativamente, dado como exemplo a formação que foi dada a cerca de 400 guardas prisionais em matérias como a diversidade cultural, religiosa e comunidades ciganas. O conselheiro Luís Isidro questionou ainda o Alto-comissário da existência de crianças sinalizadas em Centros Educativos, sendo que a resposta foi que sim e, que faziam esse acompanhamento no âmbito do Programa Escolhas-----

O Alto-comissário referiu ainda que existe um protocolo para ser assinado com a GNR, para que estes operacionais venham a ter formação relacionada com a temática das comunidades ciganas.-----

Por sua vez, o conselheiro Mário Serrano, alertou para a importância da denúncia, pois só assim podem limitar-se comportamentos racistas. Após a intervenção do conselheiro Mário Serrano, o Alto-comissário disse que hoje em dia há, sem dúvida, uma comunidade cigana, mais capaz e que conhece melhor os seus direitos e se situações como a que aconteceram em Cabeça Gorda, fossem há 20 anos, algo do género não



seria denunciado, pois as pessoas não sabiam a quem se dirigir, verificando-se uma mudança efectiva. -----

Recuperando a palavra a coordenadora do NACI informou que tem sido feita uma articulação com o CESIS – Centro de Estudos de Intervenção Social, relativamente à avaliação à implementação do FAPE em 2015 e 2016. O Alto-comissário, retomando da palavra disse que com esta articulação, surgiu um conjunto de recomendações que serão revertidas no Regulamento da próxima edição do FAPE. Entre as recomendações a destacar encontram-se: refletir sobre o nome do Programa, refletir sobre a importância do financiamento ser plurianual, com maior financiamento e, mais tempo de execução, bem como pensar uma forma de possibilitar a recolha de informação (indicadores) que permita uma recolha de dados relativos à execução e de resultado. Uma outra prática que deveria ser ponderada é a de capacitar as pessoas que gerem os projetos, bem como haver uma maior articulação com os Conselhos Locais de Ação Social. Após esta avaliação efetuada, o NACI encontra-se a verter para o novo Regulamento do FAPE essas recomendações, que terão que passar pela Tutela, devendo o novo programa ter início em janeiro de 2018. Após a exposição do alto-comissário, a conselheira Maria Casa-Nova questionou se os projetos continuariam a ser financiados a 5.000,00€ tendo o Alto-comissário respondido que não. Iria-se continuar a permitir esses projetos concorressem, pois são necessários e têm permitido às associações ciganas ter, por exemplo, o seu primeiro financiamento mas que ia haver a possibilidade de outros financiamentos entre 5 mil e os 25 mil euros, sendo que a duração dos projetos poderá ir até aos 18 meses.-----

7

Ainda no âmbito da atividade recente do NACI, a coordenadora, fez referência ao PAAC – Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, em que este ano foram apoiadas 6 projetos de associações ciganas, que terminarão a 31 de dezembro de 2017 e, cujas visitas de Acompanhamento irão começar na semana seguinte. Também sobre este programa, o Alto-comissário referiu que este é destinado somente às associações ciganas.-----

Por fim, o Alto-comissário abordou o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, referindo que o ACM encontra-se a preparar duas candidaturas de financiamento de actividades, na área da Comunidade Cigana, à Comissão Europeia, sendo que uma termina a 19 de setembro e outra tem como prazo final 9 de novembro.-----

Para além disso, mencionou-se ainda novamente os Avisos que estão a ser preparados no âmbito do Fundo Social Europeu, concretamente do Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego – Inserção Socioprofissional das Comunidades Ciganas, bem como o Programa Mediação Intercultural que será fechado brevemente. Uma outra



informação dada pelo Alto-comissário, relaciona-se com o fim do programa ROMED nos moldes que atualmente tinha, por força do final do programa, no âmbito do Conselho da Europa, tendo sido decidido pela tutela que será o ACM I.P. a dar continuidade, em Portugal, a este programa-----

Por fim, informou o Sr. Alto-Comissário, que por sugestão da conselheira Maria José Casa-Nova, o ACM irá, brevemente a Budapeste visitar o Roma Education Fund, para tentar explorar sinergias, uma vez que é o maior fundo de apoio às comunidades ciganas. Para além disso, foi lançado no dia 24 de junho um desafio às Autarquias de assinarem a Declaração contra o Anticiganismo. Uma outra novidade ainda dada na reunião, foi a alteração a Lei da Discriminação Racial, aprovada no dia 23 de agosto e que entrou em vigor a 1 de setembro, sendo que o ACM será a entidade coordenadora inspetiva. Esta nova lei veio aumentar a moldura penal do ponto de vista das coimas. Foi dada ainda informação pelo Alto-Comissário, da recente campanha de âmbito nacional sobre as comunidades ciganas, apoiada por personalidades públicas como Catarina Furtado e Francisco George, tendo o vídeo da mesma sido visionado-----

Como considerações finais, a conselheira Ana Umbelino convidou todos os presentes a participarem num evento, que decorrerá em Torres Vedras nos dias seguintes relacionados com as comunidades ciganas. Também a conselheira Ana Umbelino, após assistir ao vídeo da campanha anteriormente referida, referiu a importância de cada vez mais se apostar nestas campanhas com pessoas ciganas-----

Lisboa, 08 de setembro de 2017. -----